

# Ponto básico nas negociações

A substituição de dívida por investimentos deverá ser um dos principais itens das negociações que o Brasil reiniciará brevemente com os credores. Durante o seminário "Cenários Econômicos para Investimentos", organizado pela KL & M Serviços Financeiros, economistas e empresários consideraram que essa substituição ajudará a conciliar a necessidade de investimentos do Brasil com o interesse já manifestado por alguns bancos, entre eles o Citibank, de transformar uma parcela de seus créditos em participações acionárias no Brasil.

O economista Celso Luiz Martone, da USP, disse que hoje o problema que exige uma solução mais urgente é o estrangulamento cambial. Na próxima renegociação, segundo ele, o Brasil já deveria ter pronto o regulamento para essas conversões, porque dificilmente conseguirá novos recursos na forma de empréstimo. Ele lamentou que o País tenha ficado atrasado em relação a outros devedores latino-americanos, entre eles o Chile e o México, que já estabeleceram suas normas de conversão e estão tendo bons resultados. A conversão da dívida em investimentos, segundo Martone, pode ser feita via bolsa, na capitalização de empresas estatais por meio do sistema bancário.

Fernando Rosa Carramashi, presidente da Associação Nacional das

Corretoras de Valores, disse que as condições para conversão de dívida em investimento devem ser negociadas globalmente dentro de um pacote de renegociação da dívida. Essas condições podem ser utilizadas pelo governo brasileiro como trunfo para favorecer a renegociação global. Carramashi não se impressionou com a manifestação do presidente do Citicorp favorável à substituição. "Pode ser mais um alarme falso. Os empresários do mercado de ações já ouviram esse alarme várias vezes no passado e agora não se empolgam mais. Só vai acontecer alguma coisa de positivo se for feito dentro de uma renegociação global", acrescentou.

Antônio de Pádua Seixas, diretor do Banco Central para a Dívida Externa, disse que a manifestação do Citicorp a favor da substituição de dívida abre mais espaço para a renegociação, num contexto que atenda melhor aos interesses do Brasil. Ele não quis, porém, adiantar nada a respeito das condições para a conversão, deixando entender que o governo não está disposto a fazer muitas concessões.

O Brasil, segundo Seixas, já tem uma legislação sobre a conversão de dívida em investimentos. "Em 1984 o governo proibiu a conversão de créditos que não pertenciam aos credores originais, ou seja, de parcela de créditos que haviam sido adquiridos por terceiros. E isso pode ser reexaminado", afirmou.



**Martone: estrangulamento cambial**